



DINHEIRO DE PLÁSTICO SE CONSOLIDA

NÚMERO DE TRANSAÇÕES NOS CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO CRESCEU 11,6% NO ANO PASSADO SOBRE 2013



O mercado de cartões de crédito e de débito é um dos segmentos que mais tem crescido no País nos últimos anos, tanto no número de transações quanto no valor transacionado. Dados da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs) indicam que o número de transações via cartões alcançou, em 2014, o montante de 10,2 bilhões, o que represen-

ta uma alta de 11,6% em comparação com o ano de 2013.

Os cartões de crédito registraram 4,8 bilhões de operações em 2014, um crescimento de 9,3% em relação a 2013. Já nos cartões de débito, o número de transações foi de 5,4 bilhões, com alta de 13,7% diante de 2013.

Em relação ao valor transacionado nos cartões, também foi registrada forte expan-

são. O resultado de 2014 chegou a R\$ 963,6 bilhões, com alta de 15,1% em comparação ao ano de 2013.

O valor transacionado no ano passado somente nos cartões de crédito foi de R\$ 610,2 bilhões, alta de 13,6%. Na modalidade de débito, o volume somou R\$ 353,3 bilhões, com expansão de 17,8% em comparação ao ano de 2013. [8]

pág. **02**
AJUSTE FISCAL

Governo precisa agir alinhado ao discurso



pág. **03**
FINANÇAS

Investimentos embutem riscos e oportunidades



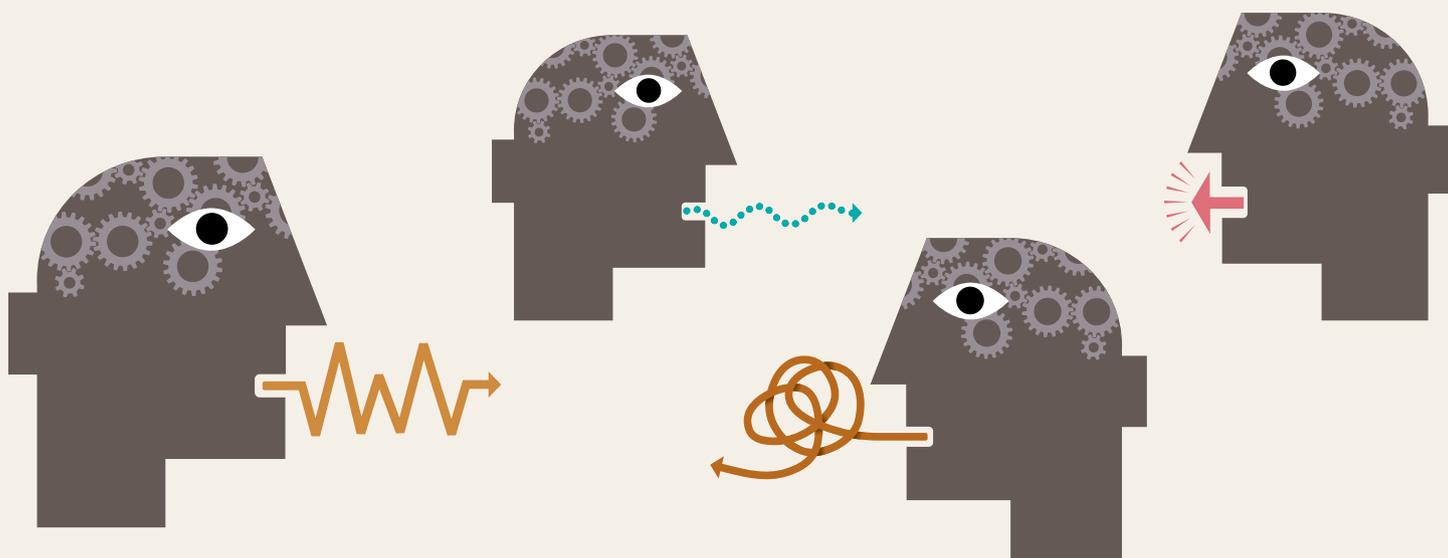
pág. **04**
PESQUISA

Desemprego derruba avaliação do paulistano



GOVERNO PRECISA ALINHAR O DISCURSO À PRÁTICA

ALGUMAS INICIATIVAS SURGEM NA CONTRAMÃO DO ANUNCIADO ESFORÇO FISCAL E TORNAM VULNERÁVEIS TODAS AS ARGUMENTAÇÕES



Num cenário econômico e politicamente instável, o governo tenta executar o ajuste fiscal, necessário para restaurar o equilíbrio das contas públicas. Mas é preciso unir o discurso e a prática em nome desse esforço e da reorganização da economia.

Trata-se de um grande desafio, em função do teor e da impopularidade das medidas, que atingem vários interesses em diferentes setores, impactam atividades diversas e mexem em direitos de trabalhadores. Tudo isso contribui para pressões e resistências à implementação.

O impacto das restrições orçamentárias já se reflete em políticas e programas governamentais de grande alcance, como o PAC e o Pronatec, com desdobramentos socioeconômicos imprevisíveis, que exigirão capacidade e coerência na hora de negociar. Isso, no entanto, não significa renunciar à austeridade necessária no ajuste, que se destina ao saneamento das contas públicas e à reconquista da confiança dos agentes privados e dos mercados.

Contudo, ao que parece, seja por falta de coesão intragovernamental, seja por excesso de interesses corporativos ou ideológicos, algumas iniciativas surgem na contramão do anunciado esforço oficial, colocando em risco ou tornando vulnerá-

vel toda a argumentação empregada no convencimento dos setores produtivos e das famílias quanto à imprescindibilidade do ajuste fiscal e, por consequência, os seus sacrifícios em nome da retomada do crescimento econômico sustentado, num círculo virtuoso.

Chamam a atenção dois anúncios relacionados ao setor de aviação: “o governo quer nove concessões de aeroportos até 2018”, declaração de autoridade da Secretaria da Aviação Civil (SAC); “a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) vai consolidar todos os direitos dos consumidores uma de nossas prioridades”, declaração de autoridade da Anac. Mas, o governo contradiz o discurso oficial ao informar que “os aeroportos Santos Dumont (RJ); Congonhas (SP) e Manaus (AM) não vão entrar no programa de concessões”.

Apesar do aparente conflito entre as duas informações, é o argumento utilizado como justificativa para não se conceder tais aeroportos à iniciativa privada que destoia do discurso: “a decisão foi tomada para preservar a Infraero, estatal dos aeroportos”. Com esses três aeroportos mais a reestruturação da estatal, a SAC garante que poderá sobreviver com suas próprias receitas.

Mesmo sem intenção de polemizar, tal decisão representa um evidente retrocesso, uma contradição com o próprio empenho do governo, que tenta sanear as contas públicas. A despeito da baixa eficiência, reduzida capacidade de gestão, elevado quadro funcional (mais de 13 mil empregados em 2014), dependência de apoio político e de aportes da União, a Infraero, com seu histórico, revela-se um exemplo de empresa que consegue sobreviver – apesar de seus elevados custos e da discutível qualidade dos serviços que presta.

Resumidamente, a decisão compromete a imagem governamental, na medida em que:

- Vai de encontro aos esforços pró-ajuste fiscal por receitas adicionais, ainda que extraordinárias, e realimenta os custos da ineficiência estatal;

- Reafirma uma postura estatizante/intervencionista na atividade econômica, contrapondo-se a discursos e apelos oficiais a maior participação da livre-iniciativa, afastando empreendimentos e investidores;

- Demonstra pouca atenção com usuários/consumidores, em razão da discutível qualidade dos serviços prestados nos aeroportos sob a administração da empresa estatal. [s]

DECISÃO SOBRE INVESTIMENTO EXIGE AVALIAÇÃO DE RISCOS



MOMENTO É ADEQUADO PARA APLICAÇÕES EM PAPÉIS COM PRAZO DE VENCIMENTO ENTRE DOIS E CINCO ANOS

As proteções do patrimônio, do dinheiro e do poder de compra são, neste momento, primordiais para investidores. No caso de empresários, há outras vertentes de pensamentos que devem ser observadas na tomada de decisão. Confira:

1. Para investidores financeiros:

Com a Selic ao redor de 13% e com tendência de alta, o rendimento é muito atrativo para aplicações em CDI e CDBs de boas instituições financeiras. Mas, é necessário muito cuidado com a avaliação do prazo do investimento, pois, por questões técnicas,

se o investidor precisar do dinheiro antecipadamente, pode ter de arcar com algum prejuízo. Diante desse cenário, é um bom momento para aplicações em títulos que rendam IPCA mais 6% ao ano por prazos que variem entre 2 e 5 anos, dependendo da liquidez.

2. Investidores do setor produtivo:

Se o investidor tem uma empresa, o cenário é um pouco diferente do que aquele que se desenha para as escolhas em investimentos bancários. Com a alta do dólar, negócios que têm dívida em moedas estran-

geiras estão com o caixa apertado, o que já cria oportunidades para aquelas empresas e investidores que estão com alguma liquidez. Ativos estão ficando baratos, em outras palavras.

Mas a opção por aquisições de ativos reais e empresas no Brasil passa por uma análise muito mais complexa: conhecer o setor, avaliar riscos e oportunidades, ter parceiros locais e com expertise no negócio e entender que investimentos no setor produtivo requerem prazos relativamente longos de maturação, bem como incorrem em riscos de não frutificarem. [&]

PROGRAMA APRENDIZAGEM GRATUITO NO SENAC.

EMPRESA, FAÇA PARTE DO PROGRAMA APRENDIZAGEM NO SENAC E ESCOLHA MUDAR A VIDA DE MUITOS JOVENS.

Além de cumprir a lei, você ajuda a preparar os jovens para o mercado de trabalho. Uma ótima escolha para a empresa e para esta **futura geração de profissionais.**



publicisbrasil

Empresário, entre em contato com o Senac e informe-se sobre as turmas do Programa Aprendizagem com inscrições abertas.
www.sp.senac.br/cursosgratuitos - 0800 883 2000



DESEMPREGO PIORA SATISFAÇÃO DOS PAULISTANOS

IMPACTO DO MERCADO DE TRABALHO PODE APROFUNDAR AVALIAÇÃO RUIM NA SÉTIMA EDIÇÃO DA PESQUISA IRBEM, QUE AVALIA PERCEPÇÃO SOBRE A QUALIDADE DE VIDA

A piora no cenário econômico e, consequentemente, nas condições do mercado de trabalho deve diminuir em 2015 a satisfação do paulistano em relação à qualidade de vida na cidade. O tema “Trabalho” foi considerado o terceiro mais importante – atrás de “Saúde” e “Educação” – na mensuração feita pelos Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município (IRBEM), em sua 6ª edição, que tem como ano-base 2014.

A pesquisa realizada pela Rede Nossa São Paulo e pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) aborda 25 temas, tanto os relacionados às condições objetivas de vida na cidade – nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, habitação e trabalho – quanto os ligados a questões subjetivas, como: sexualidade, espiritualidade, consumo e lazer. O índice geral subiu de 4,8 em 2013 para 5,1 em 2014, mas ainda se encontra abaixo da média – em uma escala que vai de um a dez.

A avaliação dos dois temas que podem ser relacionados à situação econômica – “Trabalho” e “Consumo” – já apresentou queda em relação à pesquisa anterior. A satisfação em relação ao tema “Trabalho” ficou em 5,8, acima da escala média, mas 5% abaixo do nível da pesquisa de 2013 – quando a satisfação ficou em 6,1 – voltando, assim, ao mesmo nível da pesquisa realizada em 2009, quando a economia ainda sofria os impactos da crise financeira internacional iniciada no ano anterior. Em relação ao tema “Consumo”, a queda foi mais modesta, de 5,4 para 5,3.

Enquanto a estagnação da atividade econômica e a perspectiva de ajustes recessivos parecem ter piorado a avaliação da população a respeito do tema “Trabalho”, a



inflação elevada e a menor oferta de crédito parecem ter impactado diretamente a percepção do tema “Consumo”. Entre os itens pesquisados relacionados a “Consumo”, o que trata da quantidade de bens consumidos em relação às necessidades do entrevistado foi o que apresentou a maior queda, passando de 6,1 para 5,7.

A expectativa é que esses indicadores piorem ainda mais em razão da conjuntura da economia da capital paulista, que apresentou em 2014 um desempenho bastante ruim, abaixo das médias do Estado e do País.

Enquanto o volume de vendas do varejo brasileiro, calculado pelo IBGE, registrou queda de 1,7%, a Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista no Estado de São Paulo (PCCV), realizada pela FecomercioSP com base em informações da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Sefaz), mostrou queda de

2,8% nas vendas do varejo paulista e de expressivos 5,5% nas vendas do varejo da capital. Entre as 16 regiões do Estado, a capital apresentou o segundo pior desempenho anual, ficando atrás apenas da região do ABCD.

Os dados de emprego, por sua vez, já mostram os primeiros sinais de deterioração do mercado de trabalho. Segundo a Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE, a taxa de desocupação na região metropolitana de São Paulo (RMSP) subiu de 5,5% em fevereiro de 2014 para 6,1% em fevereiro deste ano. A pesquisa de emprego da FecomercioSP, por sua vez, realizada segundo dados do Ministério do Trabalho, mostra que o comércio varejista da RMSP iniciou 2015 com saldo mensal negativo de empregados formais, e o estoque de emprego registrou a maior queda dos últimos sete anos na comparação entre janeiro e dezembro. [&]